

APENET

Para um Portal Europeu de Arquivos ■

O PROPÓSITO DE CRIAÇÃO de um portal europeu de arquivos surgiu como iniciativa do EAG (European Archives Group) no sentido de promover a interligação dos diferentes portais de acesso a documentos de arquivo existentes nos países membros. Esta iniciativa surge como resultado do segundo estudo sobre a situação dos arquivos na União Europeia (UE) estudo esse que concluiu como uma das principais prioridades, a construção de um portal comum de arquivos na UE. Esta proposta foi subscrita pelo Conselho Europeu através de uma recomendação datada de 14 de Novembro de 2005.

Para esse efeito foi constituído dentro do EAG, um grupo de trabalho multinacional especificamente mandatado para o planeamento e construção de um portal europeu de arquivos, recorrendo para o efeito a financiamento comunitário através do programa eContentplus. Este Grupo integra representantes de Espanha (coordenadora do grupo), Finlândia, França, Alemanha, Malta, Holanda, Polónia, Portugal (representado pela DGARQ), Suécia, Grécia, Eslovénia.

Os trabalhos deste Grupo, iniciados em Maio de 2007, concentraram-se fundamentalmente na elaboração de uma candidatura ao eContentplus processo esse que implicou naturalmente a

reflexão sobre o conceito do serviço e ferramenta que se pretende vir a desenvolver, embora uma reflexão mais aprofundada seja remetida para as fases previstas no cronograma do projecto. Ao portal a construir foi desde já atribuído um nome: APENET (Archives Portal of Europe on the Internet)

O objectivo primordial da APENET é assim proporcionar aos cidadãos da UE, autoridades públicas e empresas um portal comum que lhes permita obter informação sobre arquivos europeus e material de arquivo, a partir de um único ponto de acesso acessível através da Internet. Espera-se que seja assim potenciado o conhecimento da história europeia e a sua cultura.

Este portal ligará diferentes iniciativas arquivísticas construídas na Internet permitindo esbater as barreiras ainda existentes ao pleno acesso à informação arquivística na União Europeia e aos recursos culturais que esta comporta. Tal será possível através do inventário/catálogo virtual subjacente ao Portal que permitirá ao utilizador recuperar recursos independentemente do local onde estes se encontrem alojados. É portanto uma forma de acessibilizar num único ponto de acesso informação geograficamente dispersa.

A APENET terá uma forte ligação com a EDL (European Digital

Library) também em fase de construção e com outros portais europeus com informação arquivística como o MICHAEL. A EDL surgiu na sequência da decisão do Conselho da Europa (Novembro de 2006) de adoptar as recomendações relativas a preservação digital e acessibilidade de material cultural formulada pela Comissão Europeia em Agosto de 2006 e ainda baseada na visão de criar um ponto de acesso multilingue e integrado para o património cultural europeu, independentemente da sua natureza (arquivístico, museológico, bibliográfico)

A Biblioteca Digital Europeia (EDL) foca os conteúdos digitais e necessidades de utilizadores ao nível primário do objecto (embora ainda não haja concordância quanto ao nível de granularidade do mesmo), o que implica da parte da APENET a flexibilidade necessária para adaptar esse princípio orientador às necessidades específicas da descrição em arquivo, nomeadamente os diversos níveis hierárquicos que constituem objectos de descrição que contextualizam o documento individual.

A APENET pretende desenvolver uma solução baseada numa estrutura do tipo «gateway» que se considera adequada aos propósitos enunciados, explorando as normas

e desenvolvimentos tecnológicos actualmente existentes.

O objectivo geral é referenciar o material digital arquivístico existente, incluindo as descrições e imagens de documentos, e acessibilizá-los através da Internet. Note-se que existem ainda muitos fundos arquivísticos e por vezes documentos individuais que se encontram custodiados por bibliotecas e museus. É intenção da APENET incluir esses documentos e naturalmente as respectivas instituições custodiais na rede subjacente ao portal e acessibilizá-los através dessa estrutura.

O resultado esperado a médio prazo é a construção de uma rede

de arquivos europeus técnica e organizacionalmente consistente com a Biblioteca Digital Europeia que ofereça acesso em linha a:

- Instrumentos de pesquisa os quais podem abranger vários milhões de documentos;
- Imagens digitalizadas desses documentos;
- Serviços associados nomeadamente (informação sobre fundos, instituições e certificação).

Trata-se de um projecto que trará apreciáveis vantagens para os utilizadores de recursos culturais dado que o objectivo é vocacionar a pesquisa para proporcionar respostas

integradas (ou seja: idealmente um utilizador que pesquisa informação sobre um determinado tema obterá todos os recursos existentes nas redes – tendo eles em consideração o interesse – orientado ou genérico – ou do conhecimento – profundo ou superficial – que o utilizador demonstrar.

Este projecto salienta ainda a vantagem de fomentar o diálogo técnico e organizacional entre os vários profissionais da informação que, tradicionalmente, têm mantido pouca comunicação entre si.

Francisco Barbedo

SUBDIRECTOR-GERAL

REUNIÕES INTERNACIONAIS

VIII Reunião da COLUSO ■

A COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA A SALVAGUARDA e divulgação do Património Documental realizou a VIII Reunião, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, de 9 a 11 de Outubro de 2007.

Esta reunião decorreu em paralelo com o *Seminário Internacional Memórias Lusófonas: A partida da Corte para o Brasil* e com a IV Reunião do Forum dos Arquivos de Língua Portuguesa.

Foi efectuado um balanço detalhado dos Projectos Resgate (brasileiro) e Reencontro (português) de identificação e reprodução de documentos em cada um dos países, e abordaram-se os aspectos técnicos qualitativos relevantes para o acesso pelos utilizadores.

Definiu-se uma estratégia para incrementar o acesso às reproduções de documentos e a difusão da informação já recolhida. Para esta finalidade constituiu-se um grupo de trabalho formado por um representante da Biblioteca Nacional do Brasil e do Arquivo Histórico Ultramarino que, em articulação com o Arquivo Nacional do Brasil e a Direcção-Geral de Arquivos de Portugal, deverá apresentar, até Março de 2008, uma proposta que clarificará as condições de uso e de reprodução dos microfílmes existentes em ambos os Países.

Ficou decidido dar continuidade às actividades da COLUSO, como espaço de identificação e de difusão do património arquivístico comum. ◇

IV Reunião do Forum dos Arquivos de Língua Portuguesa ■

O FORUM CONGREGA DESDE A SUA fundação, em Lisboa, no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, os arquivos nacionais ou os organismos com funções desse âmbito, dos oito países da CPLP a cuja actividade se juntou em 2005 o Arquivo Histórico Ultramarino e agora, como observador, o Arquivo Histórico de Macau.

Nesta IV Reunião, realizada em 12 de Outubro, os principais pontos abordados foram os seguintes:

1) Efectuou-se o balanço das activi-

dades desenvolvidas pelos diferentes países e foram trocadas informações e experiências; 2. Perspectivou-se a estruturação interna do Forum e a sua projecção junto da CPLP e de outros organismos internacionais, como o Conselho Internacional de Arquivos (ICA); 3. Acordou-se em propor a realização, no XXVIII Congresso do ICA, de uma sessão sobre a partilha da informação, nomeadamente quanto ao património arquivístico comum e a

experiência no âmbito do espaço lusófono; 4. Acordou-se igualmente na elaboração de um guia de arquivos com património arquivístico comum; 5. Elegeram-se o Arquivo Nacional do Brasil e o Arquivo Histórico de Angola para presidente e vice-presidente do Forum, respectivamente, acordou-se que o secretariado do Forum ficaria sediado no Instituto de Investigação Científica Tropical, através do Arquivo Histórico Ultramarino. ◇

Simplificação, Rigor e Eficácia na Avaliação Arquivística ■

Conclusões de workshop realizado na D GARQ

DECORREU NA D GARQ, NO DIA 10 de Setembro de 2007, um *workshop* subordinado ao tema «Simplificação, Rigor e Eficácia na Avaliação Arquivística». Teve a presença de cerca de 50 participantes inscritos, predominantemente provenientes de organismos da Administração Central do Estado. Contou, ainda, com a especial colaboração de Alexandra Lourenço, Fernanda Ribeiro, Isabel Teixeira Bastos e José Subtil, que apresentaram comunicações sobre o respectivo entendimento da actual situação da gestão de documentos em Portugal, em especial no que respeita à avaliação/selecção/eliminação, e apontaram caminhos de evolução.

Como objectivo específico, pretendia-se que este *workshop* contribuisse para clarificar a sensibilidade da comunidade arquivística (no sentido lato) sobre o actual modelo do processo de avaliação arquivística, nos aspectos mais positivos que possa ter e também nos aspectos que se afigura prioritário alterar e/ou analisar em maior profundidade.

Assim, aos participantes foi previamente distribuído um conjunto de questões a debater, que serviu de suporte à discussão que se desenrolou, em pequenos grupos de trabalho, na parte da tarde. Os temas propostos versaram duas componentes do processo:

A. Questões relacionadas à componente que diríamos administrativa, nomeadamente os circuitos e competências para aprovação dos regulamentos de conservação arquivística, tal como definidos nos Decretos-Lei n.º 447/88 e 121/92. Esta temática acabou por propiciar,

também, alguma análise mais ampla do enquadramento legal da gestão de documentos, no seu conjunto.

B. Questões relacionadas à componente mais técnica, com incidência nos actores, nas metodologias e nos critérios de avaliação, o que levou o grupo a questionar a própria essência dos objectivos do processo de avaliação.

Reportam-se, em seguida, algumas ideias que reuniram um consenso razoavelmente generalizado – pese embora não devam ser tomadas como recomendações formalizadas pelo grupo – posteriormente colocadas à consideração da Direcção-Geral de Arquivos.

Relativamente ao quadro legal, foi considerada a conveniência de:

1. Manter o espírito do Decreto-Lei n.º 447/88, no que respeita à aprovação bilateral das «normas que regulam a pré-arquivagem», ou seja das decisões de avaliação. Considerada em abstracto, esta orientação não mereceu unanimidade; porém, atendo à conjuntura actual que se vive nas organizações, nomeadamente a genérica ausência de especialistas nos organismos que garantam a qualidade do processo de avaliação, todos concordaram que deve ser mantida a aprovação conjunta da entidade produtora e do órgão de coordenação nacional dos arquivos.

2. Alargar o âmbito de aplicação do Decreto-Lei 447/88, nas suas alíneas específicas. Não se trata propriamente de alargar a capacidade de intervenção do órgão de coordenação nacional dos arquivos (já possível com as disposições formuladas na alínea e) do artigo 1.º daquele diploma), mas sim de criar

um sentido de obrigatoriedade de gestão de documentos no maior número possível de estruturas orgânicas, em especial no sector empresarial do Estado. Este ponto mereceu unanimidade.

3. Alterar os termos em que está formulada a disposição relativa à aprovação das «normas que regulam a pré-arquivagem», no sentido de deixarem de ser estabelecidas por portaria e passarem a sê-lo por despacho conjunto dos responsáveis máximos, respectivamente, do organismo produtor e do órgão de coordenação nacional dos arquivos. Esta alteração simplificaria o processo de aprovação e, conseqüentemente, flexibilizaria o processo de avaliação, tornando-o de mais fácil gestão nas organizações, facilitando a apresentação de resultados (ainda que parciais) no curto prazo, tornando mais efectiva a aplicação das decisões de avaliação e, provavelmente, podendo revelar-se um incentivo a um crescente investimento das organizações nos seus arquivos. Este ponto não mereceu absoluta unanimidade, apesar de por todos ter sido reconhecida a necessidade de flexibilizar o processo.

4. Integrar as disposições legais em matéria de avaliação/selecção/eliminação num quadro mais amplo de regulamentação da gestão de documentos ao longo do seu ciclo de vida, limando alguns desacertos entre diferentes diplomas que actualmente se verificam e colmatando as falhas que se reconhecem. Este ponto mereceu unanimidade enquanto formulação geral, embora não tenha sido analisado em detalhe – pelo que se revelaria interessante que pudesse ser

objecto de novos *workshops* específicos envolvendo todas as partes interessadas.

Quanto ao quadro técnico, a discussão foi mais fluida. Ainda assim, considerou-se a conveniência de:

5. Desenvolver influência política no sentido de que todos os organismos tenham a obrigatoriedade de incluir nos seus quadros de pessoal técnicos especializados na área da gestão de documentos. Este ponto mereceu unanimidade, sendo mesmo considerado factor crítico de sucesso do incremento da qualidade, rigor e eficácia do processo de avaliação e no incremento das taxas de aplicação dos regulamentos arquivísticos.

6. Encontrar soluções que tornem as tabelas de selecção mais auto-explicativas, no sentido de incrementar o rigor na sua aplicação e obter taxas de aplicação mais elevadas. Este ponto mereceu unanimidade enquanto formulação geral, embora não tenha sido analisado em detalhe – após maior análise na DGARQ sobre o modelo de tabela e eventuais orientações de aplicação, seria interessante que as

novas propostas de modelo de regulamento possam ser submetidas à comunidade arquivística num novo *workshop* específico.

7. Sobre metodologias e critérios de avaliação, verificou-se alguma dificuldade em obter consenso quanto à própria essência do objectivo da avaliação, em especial no que concerne aos interesses a que deve atender – exclusivamente focalizados na organização, ou também interesses externos, supra organizacionais, digamos, de âmbito social. Assim, para tomar decisões sobre a manutenção ou alteração do actual modelo, importa:

a) Aprofundar o conhecimento sobre os sucessos e insucessos da metodologia dominante usada;

b) Aprofundar o conhecimento sobre metodologias alternativas de avaliação experimentadas em Portugal e noutros países, em especial no que respeita aos projectos de macro-avaliação funcional;

8. Não obstante a ausência de consenso quanto ao ponto anterior, houve unanimidade na opinião de que o órgão de coordenação nacional dos arquivos deverá, pelos

menos, desempenhar um papel de regulamentação do processo, de integração das propostas de avaliação dos diferentes organismos, evitando redundâncias na informação conservada e racionalizando encargos globais.

9. Por último, foi reconhecida a conveniência de desenvolver estudo de análise das funções do Estado e respectivo mapeamento a estruturas orgânicas – este estudo afigura-se de grande utilidade, no mínimo, ao desempenho do papel do órgão de coordenação nacional dos arquivos referido no ponto anterior.

Sublinha-se o enorme interesse que o tema despertou, pelo elevado número de pedidos de inscrição no *workshop* e, sobretudo, pela qualidade do debate que se verificou. Por sugestão do grupo, foi criado um Forum de discussão, para o qual se convida todos os interessados a inscreverem-se e a participarem com questões, opiniões e partilha de informação sobre o tema.

O endereço do Forum é <http://avaliacao-arquivistica.pt.vu/>.

Cecília Henriques

Interoperabilidade Semântica na Administração Pública: Metainformação para gestão e acesso ■

A DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS REALIZOU NO passado dia 17 de Setembro de 2007, um *workshop* subordinado ao tema: «Interoperabilidade semântica na Administração Pública – Metainformação para gestão e acesso», com o objectivo de promover uma reflexão sobre o documento «MIP – Metainformação para interoperabilidade» e discutir aspectos críticos para o seu desenvolvimento, estabilização e adopção generalizada.

Neste *workshop*, que incluiu comunicações apresentadas por Francisco Barbedo (Direcção-Geral de Arquivos), Manuela Pedro (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações), António Sousa (Arquivo Distrital do Porto) e José Felício (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo), estiveram

presentes cerca de 50 participantes, representantes de vários organismos da Administração Pública.

A reflexão conjunta e o debate entre os participantes resultaram na identificação dos pontos fortes e fracos do documento «MIP – Metainformação para interoperabilidade», bem como das oportunidades e constrangimentos com que se depara a adopção generalizada deste modelo conceptual.

A síntese das conclusões apuradas no contexto deste debate, bem como as comunicações dos oradores convidados, foram disponibilizados no sítio Web da Direcção-Geral de Arquivos (www.dgarq.gov.pt).

Glória Santos

O livro antigo na Torre do Tombo ■

NA COLECÇÃO DE LIVRO ANTIGO da Torre do Tombo, conhecida por Série Preta, SP, encontra-se uma parcela significativa do património bibliográfico português. Este importante acervo abrange obras entre os séculos XV e XIX versando as mais variadas matérias. Embora escritas em diversas línguas, as obras em português e latim são as mais correntes.

Encontram-se, até à data, inseridos na PORBASE cerca de 1500 registos da Série Preta disponíveis para consulta dos utilizadores nos computadores da Sala de Referência.

Entre os impressos até agora catalogados avultam as obras históricas e entre estas têm maior peso as ligadas à história de Portugal. As obras de religião e direito surgem em segundo lugar no que se refere ao número de exemplares tratados. Em terceiro encontra-se a literatura, nomeadamente a literatura portuguesa. A poesia reveste uma importância significativa nesta última área.

Para além destas temáticas citem-se várias outras em campos tão diversos como a gramática, matemática, medicina, literaturas de viagens, filosofia e música. Ir-se-ão apontar algumas obras que, pelo seu significado histórico e bibliográfico, apresentam um significado especial para quem se dedica ao estudo do livro antigo.

Refira-se no campo da gramática, a primeira edição (1619) do «Método Gramatical para todas as línguas» de Amaro de Roboredo (16--), SP 1702 CF, obra inovadora na época que comparava as regras do português com as do latim, de modo a ensinar a língua clássica por meio da vulgar. Do mesmo autor e também uma primeira edição, aponte-se a «Gramática latina mais breve e fácil que as publicadas até agora na qual precedem os exem-



plos às regras», SP 1703 CF. Amaro de Roboredo, um pioneiro nos estudos linguísticos, consumiu a maior parte da sua vida nos estudos de gramática latina e portuguesa.

O «Tratado de prática da Aritmética» (1519), SP 172 CF, do matemático português Gaspar Nicolas, (15--), é outra das primeiras edições que a Torre do Tombo possui. Trata-se da obra mais antiga consagrada em Portugal à aritmética. É um excelente manual prático, escrito com grande clareza, que foi muito útil nesse século e nos seguintes. Provam-no as sucessivas edições que dele se fizeram: 1530, 1541, 1573, 1594, 1613, 1679 e 1716.

O «Tratado da Peste» (1680), SP 1700 CF, é também uma primeira edição da autoria do conhecido autor João Curvo Semedo (1635-1719), médico da Casa Real e familiar do Santo Ofício. João Curvo Semedo foi o primeiro médico português a empregar a quina com aplicações terapêuticas. No «Tratado da Peste» debruça-se sobre o estudo desta terrível epidemia que flagelou impiedosamente o ocidente europeu.

A Torre do Tombo possui sobre o mesmo tema a primeira edição de um importante estudo denominado «Tractado repartido en cinco partes

principales que declaran el mal que significa este nombre peste com todas suas causas...» (1601), SP 175 CF, do reputado médico português, catedrático da Universidade de Salamanca, Ambrósio Nunes (1546-1611). Ambrósio Nunes teve uma notável acção no combate à «peste pequena» que veio da Flandres e atacou o reino em finais do século XVI. Foi

assim designada para se distinguir da «Peste Grande» (o maior surto epidémico depois da Peste Negra) que atacou Portugal e devastou Lisboa em 1569.

Na literatura de viagens a Torre do Tombo possui no seu acervo uma obra de grande interesse. Trata-se da primeira edição da obra «Gedenkwaerdig Bedryf der nederlandsche...» (1670), SP 292 (1) e (2) CF, que é uma narrativa, ricamente ilustrada, das embaixadas à China feitas no século XVII pela Companhia das Índias Holandesa.

Nesta época o interesse pela literatura de viagens era tão apelativo como o interesse pelos produtos vindos de terras longínquas. A China ocupava um lugar importante nesta literatura. Na imagem pode ver-se a delegação holandesa apresentando ofertas no palácio imperial. A delegação holandesa era chefiada pelo embaixador Pieter Van Hoorn que empreendeu esta viagem à corte imperial da China em 1662-1663. Pieter Van Hoorn tornou-se uma personagem mítica, que ainda hoje pode ser apreciada como herói das bandas desenhadas.

Maria Isabel Braga Abecasis

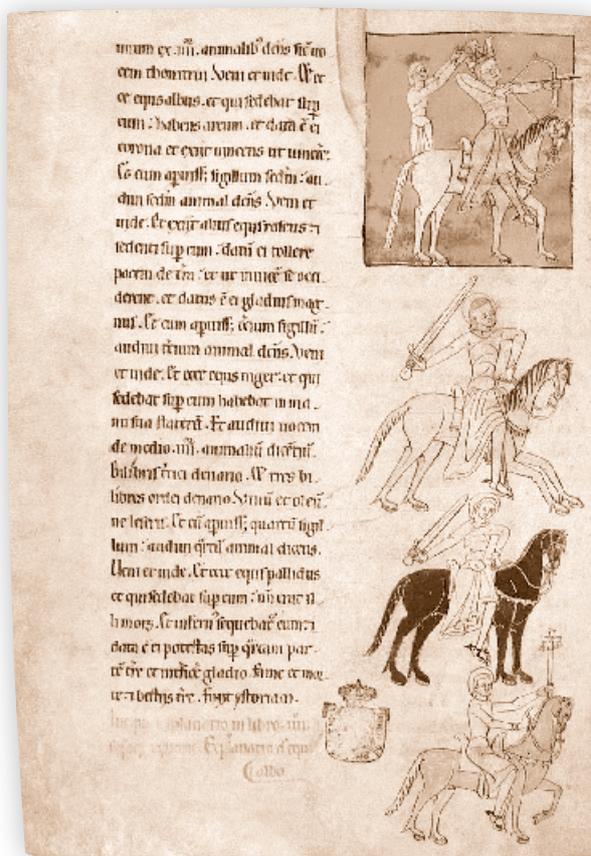
BIBLIOTECA

Apocalipse do Lorvão, um tesouro para descobrir ou Apocalipse do Lorvão, a cor da Luz ■

A DGARQ CONSERVA UM DOS MAIS originais comentários ao Apocalipse iluminado (Lorvão 43 – C.F. 160)¹, produzido no Mosteiro Beneditino do Lorvão em 1179 e atribuído ao monge Egeas, segundo dados registados em colofão².

O *Apocalipse do Lorvão* faz parte de um vasto grupo de manuscritos denominados *Beatos*, nome derivado de Beato de Liébana, monge que viveu na transição do século VIII para o século IX, em Liébana, e que redigiu este comentário ao *Apocalipse de São João*, num ambiente de crença de *Fim do Mundo*, acentuado pelo aproximar do fim do milénio. O *Apocalipse do Lorvão* pertence ao Ramo I, que copia a tradição mais antiga dos Beatos e tem como contexto histórico uma situação conturbada provocada pelo avanço Almóada. O mundo monástico reage mais uma vez ao confronto de religiões e culturas através de uma obra em que imagens fortes e abstractas exorcizam as forças demoníacas e prometem a salvação dos eleitos.

O trabalho de investigação levado a cabo por esta equipa interdisciplinar (ver caixa) permitiu esclarecer quer as dúvidas levantadas, no que diz respeito ao lugar de produção material, quer as opções estéticas e simbólicas do iluminador. As correlações estabelecidas com o denominado *Livro das Aves* (*De Avibus*,



de Hugo de Folieto) ao nível do desenho – estruturas arquitectónicas, utilização sistemática do círculo como enquadramento das aves e das figuras humanas, figura de Cristo jovem seguindo uma via de representação paleocristã – e os dados fornecidos pelo próprio manuscrito permitiram confirmar a produção deste no mesmo *scriptorium*.

A justificação para a escolha das cores aplicadas (amarelo, laranja e vermelho) vamos encontrá-la na opção do iluminador que utilizou as cores que mais se adequavam a uma estética da luz que desperta no Ocidente a partir de meados do séc. XII. A aplicação exclusiva desta paleta, se bem que não constitua caso único, é uma particularidade do Apocalipse do Lorvão no con-

texto dos Beatos. Constatamos igualmente, tal como outros manuscritos que compõem o fundo do Lorvão, a articulação entre fundos policromos e figuras desenhadas em que a cor adquire carácter simbólico ao determinar os espaços em que a cena se desenrola. As especificidades do nosso manuscrito, no contexto da iluminura românica em Portugal, para além da paleta de cores utilizada, devem-se também ao facto de ser o único manuscrito (dos que chegaram até nós) com um programa iconográ-

fico desenvolvido e coerente. O carácter simbólico e escatológico do texto e da imagem na tradição literária do comentário ao Apocalipse e a necessidade de divulgar uma mensagem no contexto político-religioso da expansão cristã peninsular terá levado o artista do *Apocalipse do Lorvão* a criar um programa iconográfico que se traduz em 883 imagens, optando pela utilização de cores contrastantes e luminosas nos fundos e corpos transparentes que parecem exaltar a espiritualidade presente no texto.

Para a produção do *Apocalipse do Lorvão* foram seleccionados materiais de qualidade, salientando-se a

³ Nesta contagem estão incluídas as tábuas, esquemas e marginália.

¹ Este manuscrito, conhecido por Apocalipse do Lorvão foi já objecto de estudo de numerosos historiadores de arte destacando-se os trabalhos de Aires Augusto do Nascimento, Horácio Augusto Peixeiro, J. Yarza Luaces, e Peter Klein.

² Colofão é um pequeno texto, situado no final do manuscrito que identifica o copista e/ou o iluminador bem como o lugar e a data da sua execução.

excelência das tintas utilizadas, permitindo que chegassem até nós com cores de um impacto dificilmente igualável: amarelos, laranjas e vermelhos com a *cor da luz*.

Os pigmentos que estão na base destas tintas são o ouro-pigmento (As_2S_3), o vermelhão (HgS) e o vermelho de chumbo (Pb_3O_4), sendo o primeiro um mineral e os outros dois obtidos por síntese (al)química. Tanto as tintas vermelhas como laranja são tintas complexas, obtidas por mistura de pigmentos e aditivos, como as cargas. Por exemplo, um vermelho foi construído com vermelhão e ainda por adição de vermelho de chumbo e giz; as cores vermelhas encontram-se em excelente estado de conservação, e a aparente simplicidade plástica escolhida para o *Apocalipse do Lorrão* foi uma opção estética de forma alguma condicionada pelo *know-how* tecnológico ou recursos materiais. Todos os pormenores sobre estes pigmentos, como fabricar a



respectiva tinta e reproduzir uma iluminura como no *Apocalipse do Lorrão* podem ser encontrados no

«À descoberta da cor na iluminura medieval», em <http://www.dcr.fct.unl.pt> (área /investigação).

Os dados para a construção da cor no *Livro das Aves* ou no *Apocalipse do Lorrão*, nomeadamente no Caderno de Actividades, resultam de um Projecto de Investigação, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia-MCTES: Projecto POCTI/EAT/33782/2000 «A cor na iluminura portuguesa: uma abordagem interdisciplinar».

Adelaide Miranda,
Ana Claro, Ana Lemos,
Catarina Miguel e Maria João Melo

A COLABORAÇÃO ENTRE A TORRE do Tombo e a Universidade Nova de Lisboa, para o estudo da iluminura medieval portuguesa, tem como um dos seus objectivos divulgar as novas descobertas ao público interessado. O trabalho de investigação levado a cabo no âmbito do projecto «A cor na iluminura portuguesa: uma abordagem interdisciplinar» foi sendo publicado e divulgado junto de um público especialista, em ambientes nacionais e internacionais. O livro «À descoberta da Cor na Iluminura Medieval» servirá para fazer chegar,

ao público em geral, o conhecimento gerado ao longo deste projecto. No caderno de Actividades, mostra-se como construir, passo-a-passo, uma iluminura medieval, seleccionada no *Apocalipse* e no *Livro das Aves*.

A equipa interdisciplinar formada por investigadores da Universidade Nova de Lisboa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Faculdade de Ciências e Tecnologia, cujas coordenadoras são Adelaide Miranda (História da Arte) e Maria João Melo (Ciências da Conservação), promove a partici-

pação com Instituições de Arte e Cultura, de que se destaca a continuada colaboração com a DGARQ.

Esta equipa continuará a sua investigação no projecto *A cor da iluminura medieval portuguesa no contexto Europeu: partilha e singularidade*, procurando enquadrar a produção da iluminura no contexto Internacional, comparando-a com as obras de grandes centros europeus, por forma a poder valorizar a sua originalidade e determinando de que forma as culturas cristã, muçulmana e hebraica a influenciaram. ♦

Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Lamecense ■

«ASSOCIAÇÃO FÚNEBRE À BEIRA da morte. Em Lamego, uma associação dedicada a funerais que chegou a ter três mil sócios conta agora com apenas 25» era o cabeçalho de uma notícia patente no jornal «Expresso» do dia 21 de Abril de 2007. A saída de associados, nunca colmatada com a entrada de outros, determinou o fim gradual da associação, o que veio a culminar com a determinação de demolir a sede que ocupavam desde 1900, na Rua da Olaria, devido ao avançado estado de degradação e perigo de derrocada iminente. Por despacho de 27 de Março, a Câmara Municipal de Lamego ordenou o despejo sumário do imóvel.

A informação foi lida pelo Senhor Dr. Pedro Penteado que, de imediato, accionou os mecanismos considerados pertinentes para impedir que o espólio documental se perdesse. A associação noticiada situa-se em Lamego, pertencente ao distrito de Viseu, pelo que foi este Arquivo incumbido de providenciar a salvaguarda da documentação.

Em reunião com o Senhor Alcino dos Santos, vice-presidente da associação, fomos informados da indispensabilidade de estabelecermos contacto com a União das Mutualidades Portuguesas, com o intuito de obter autorização para a entrega da documentação, ocorrência que permitia garantir a sua conservação, segurança e tratamento técnico.

O contacto foi estabelecido com a Senhora Doutora Odete Duarte que manifestou toda a disponibilidade e interesse em contribuir para a preservação de um significativo con-

junto documental de inegável valor histórico. O processo decorreu de forma exemplar. No dia 29 de Maio foi assinado contrato de depósito entre Direcção-Geral de Arquivos, representado pela Directora do Arquivo Distrital de Viseu, e a Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Lamecense, representada pelo vice-presidente, Sr. Alcino dos Santos, e a documentação entregue no Arquivo Distrital de Viseu, pela Associação de Mutualidades Portuguesas.

Esta documentação remonta ao ano de 1892 quando, no dia 2 de Junho, um grupo de dez indivíduos reuniu, na Rua da Porta do Sol, em Lamego, a finalidade de fundar uma associação «para ter por fim proteger todas as classes sem diferença de sexo, no seu funeral» e a que deram o nome de Sociedade Beneficência Fúnebre Familiar Lamecense.

«Entre estes senhores, nomearam um presidente, dois secretários, um tesoureiro e seis directores, a fim de darem princípio aos seus trabalhos».

A 17 de Julho de 1892, em reunião geral convocada pelo presidente, José António Cardoso Bispo, foram lidos e aprovados os estatutos, que foram entregues ao Administrador do Concelho.

Em sessão solene realizada no dia 28 de Agosto de 1892, na sede da Associação Artística Lamecense, na Rua do Visconde de Arneirós, sob a presidência do Senhor Bispo Coadjutor, e na presença de autoridades religiosas, civis e militares, procedeu-se à instituição oficial da associação, com 293 associados fun-

Em Abril do ano seguinte, por iniciativa do primeiro secretário, António Moreira Bispo, obtiveram do Bispo de Lamego, D. António da Trindade, uma sede, nos baixos do Paço Episcopal.

Por alvará de 21 de Dezembro de 1894, El-Rei aprova os estatutos «com que pretende constituir-se uma associação de socorros mútuos com a denominação de Associação Fúnebre Familiar Lamecense – Associação de Socorros Mútuos, e sede em Lamego», que constam de onze capítulos com quarenta e cinco artigos.

A área social e administrativa compreende das freguesias da Sé e Almacave, de que é formada a cidade de Lamego. Podem pertencer a esta associação «todas as pessoas, nacionais ou estrangeiras, sem distinção de sexo e bem comportadas, residindo em Lamego (...), uma vez que satisfaçam todos os deveres e obrigações» impostos nos estatutos. Quase todos os elementos são gente pobre ou remediada que recorre à associação para garantir um funeral condigno.

O sócio número 1 foi José Vitorino, em cuja casa, na Rua da Porta do Sol, tudo começou. Com o número 4538, Joaquim de Macedo Araújo, foi o último a ser inscrito, em 21 de Fevereiro de 1971.

Os livros, num total de 55, com datas compreendidas entre 1892 e 1987, já se encontram inventariados e as descrições, a nível fundo, série e unidade de instalações, disponíveis para consulta em linha.

Maria das Dores Almeida Henriques

DIRECTORA DO ARQUIVO DISTRITAL
DE VISEU

Arquivo Municipal de Loulé ■

RUA CÂNDIDO GUERREIRO, S/N.
8100-681 LOULÉ.
TEL. 289401230 | FAX. 289401239
HORÁRIO: 2ª A 6ª DAS 9:00
ÀS 12:30 E DAS 14:00 ÀS 17:30.
RESPONSÁVEL: JOÃO MANUEL
MARTINS SABÓIA

AS NOVAS INSTALAÇÕES DO ARQUIVO Municipal de Loulé foram inauguradas por Sua Excelência o Presidente da República, no passado dia 4 de Agosto de 2007.

A infra-estrutura arquivística foi construída no interior das fachadas de um edifício com história. No início do século XIX serviu de aquartelamento aos 25 homens da guarnição francesa que, a 18 de Junho de 1808, se renderam ao Major José da Costa Leal e Brito¹. Já no século XX teve diferentes usos, designadamente sede do Sindicato Nacional dos Sapateiros do Distrito de Faro e Escola Primária. A 7 de Julho de 1993, quando servia ao comércio de empreita, palma e chapéus, foi destruído por um incêndio.

Fruto da colaboração de um arquivista e de um arquitecto, o novo edifício contou com o apoio da Direcção Geral de Arquivo (ex-IAN/TT), no âmbito do PARAM, em resultado do Acordo de Colaboração celebrado a 2 de Outubro de 2001 entre aquele organismo e a Câmara Municipal de Loulé.



O Arquivo Municipal passou assim a oferecer instalações modernas e funcionais aos investigadores e aos Serviços da Câmara. Os 4 depósitos localizados na cave, no rés-do-chão e no 1.º andar, têm capacidade para 4.521 metros de documentos, controlo individual e remoto de temperatura e humidade e protecção contra fogos através do sistema de extinção INERGEN. No 1.º andar, a Sala de Leitura dispõe de 13 secretárias individuais. Há ainda diferentes espaços para actividades de âmbito educativo e cultural.

As novas instalações impulsionaram a implementação do serviço de Arquivo Municipal que resultara da unificação, numa só estrutura, das atribuições, funções e objectivos específicos dos chamados Arquivos Gerais e do Arquivo Histórico Municipal. Deste modo, os documentos de valor administrativo de utilização menos frequente que estavam depositados um pouco por todo o edifício da Câmara Municipal de Loulé são agora pre-

servados, organizados e comunicados em instalações planeadas para responderem às necessidades específicas. Também a incorporação dos documentos do até então existente Arquivo Histórico foi de capital importância para a salvaguarda do seu espólio.

No que respeita à documentação mais antiga², Loulé possui um rico acervo documental, tanto pela raridade de alguns dos seus documentos, como pela antiguidade e sequência temporal das séries, destacando-se as Actas de Vereações (desde 1384), Correspondência (desde 1761), Tombos e Inventários (desde 1738), Autos de Arrematação (desde 1530), Receita e Despesa (desde 1375), Impostos (desde 1469), Eleições (desde 1559), Justiça (desde 1438), Actividades Económicas (desde 1412), Expostos (desde 1703), Juiz dos Órfãos (desde 1406).

João Sabóia

¹ SABÓIA, João – Loulé durante as invasões Francesas. *Al' Ulyã*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. ISSN 0872-2323, n.º 1 (1992), p. 69-106.

José da Costa Leal e Brito, natural de Loulé, foi o avô do escritor José Duarte Ramalho Ortigão, nascido a 24 de Outubro de 1836 na cidade do Porto.

A moradia pertencia, na altura, ao Capitão de Milícias Francisco Palermo de Aragão.

² Inventário publicado em 1992.

Exposição revela Colónia Agrícola da Boalhosa ■

NA SEQUÊNCIA de uma acção de recolha de documentação, gerada no âmbito da Política de Colonização Interna, prosseguida pelo Estado Novo, o Serviço de Arquivo da Câmara Municipal de Paredes de Coura tem patente ao público uma exposição denominada «Do Baldio à Colónia Agrícola da Boalhosa», no Centro de Educação e



Interpretação Ambiental de Corno de Bico (CEIA), na freguesia de Vascões.

Após várias tentativas que remontam a 2003, foi possível, no ano transacto, mediante a sensibilização e posterior colaboração dos ex-colonos e do último responsável da referida infra-estrutura agrária, aceder ao espólio, que se encontrava ainda, amontoado, no interior das antigas instalações técnicas da Junta de Colonização Interna, em Chã de Lamas, cujo tecto havia ruído.

Graças a essa tarefa de salvaguarda do património arquivístico concelhio, resgatou-se da perda irremediável um conjunto significativo de documentos [1942-1994], designadamente projectos das infra-estruturas, várias dezenas de fotografias e plantas, que corriam sérios riscos de degradação.

Depois de avaliado o potencial informativo do espólio, partiu-se então para a organização da referida mostra, no intuito de dar a conhecer o contexto de criação (nos anos 50 do séc. xx), e as actividades desenvolvidas pela Colónia Agrícola da Boalhosa, que, em termos patrimoniais, conserva intactas as suas características.

A exposição inclui fotografias inéditas ilustrativas de diferentes dimensões (laboral, familiar, religiosa, educativa) da vida da comunidade, a par de documentos originais e textos explicativos, complementados por utensílios agrícolas, com destaque para uma enfardadeira de madeira dos anos 30 do séc. xx.

Dado estarmos perante uma realidade pouco conhecida no concelho, atendendo às características de interioridade da Colónia, o Serviço de Arquivo tem apostado na divulgação da aludida iniciativa, quer junto dos estabelecimentos de ensino locais – há já várias turmas de diferentes níveis escolares a trabalhar sobre o tema –, quer da população em geral.

Convém referir que, no âmbito da Colonização Interna foram desafectadas por parte do Estado Novo áreas de terreno baldio, em diferentes locais do país, para uso agrícola, tendo sido povoadas por famílias com poucos recursos económicos.

No caso concreto da Colónia Agrícola da Boalhosa, de acordo com os registos recolhidos, o projecto inicial contemplava um conjunto de 15 habitações geminadas,

com capacidade para acolher «30 casais agrícolas».

Para além do núcleo habitacional, estavam também previstos outros equipamentos, designadamente a Casa do Professor e a Escola Primária, actuais imóveis complementares do CEIA, o primeiro dos quais foi adaptado a dormitório, tendo o outro sido transformado

em cozinha e refeitório; os fornos comunitários; uma capela e uma extensão de saúde. Estes dois últimos empreendimentos não chegaram, porém, a ser edificados.

Refira-se que o Estado Novo incentivou ainda os agricultores a constituírem-se na denominada «agricultura de grupo». Assim nasceu, em 1971, com sede em Chã de Lamas, a «Sociedade dos Agricultores da Boalhosa, Lda», que se dedicava à exploração de batata de semente, à pecuária de carne e leite e ao cultivo e comercialização de cereais.

Em meados dos anos 80 do séc. xx, os colonos ficaram na posse definitiva das propriedades, mediante a sua aquisição ao Estado.

Com mais esta iniciativa de «extensão cultural», o Serviço de Arquivo da Câmara Municipal de Paredes de Coura dá, assim, visibilidade a uma comunidade particular de colonos praticamente desconhecida.

Maria de Fátima Silva Cabodeira,
TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO
DA CÂMARA MUNICIPAL
DE PAREDES DE COURA

Guardar Memórias... Abrir Caminhos... ■

GUARDAR MEMÓRIAS... ABRIR CAMINHOS... é o título com o qual o Arquivo Nacional da Torre do Tombo inicia a produção de um conjunto de materiais didácticos e de divulgação, cumprindo uma das suas funções.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, uma das mais antigas instituições portuguesas, é detentora de um vasto e rico património documental representativo da identidade cultural do Povo Português.

Tem como missão guardar, preservar, valorizar e divulgar o seu património, mas tem também o dever de participar activamente na formação e desenvolvimento da cidadania.

Tendo como base o recurso ao património documental e à experiência adquirida com as visitas de estudo realizadas, ao longo dos anos, pretende-se com este Guia estimular no público jovem o gosto pelo saber, pelos valores e tradições, dando-se assim o contributo institucional para o incremento da educação cívica e cultural.

Acreditamos que a melhor forma de atrair o público, especialmente o público jovem é através da animação cultural. Acreditamos também que este tipo de materiais contribuirá para sedimentar o sentimento individual e colectivo de pertença do património.

Neste início de século, em que as mais sofisticadas tecnologias facilitam o acesso e divulgação das mais diversificadas áreas do conhecimento, não pode o Arquivo Nacional da Torre do Tombo fechar-se sobre si próprio e ignorar que o cidadão tem o direito a fruir do seu património.

Na época em que tanto se realçam os conceitos de globalização e multiculturalismo não podemos deixar de salientar o papel pioneiro dos Portugueses nestas áreas. A prová-lo, os milhares de documentos do património documental do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, parte integrante não só da nossa Memória Colectiva, enquanto Povo, mas também da Memória Colectiva de outros Povos com os quais os portugueses se cruzaram ao longo dos séculos.

O certificado, concedido pela UNESCO, classificando alguns desses conjuntos documentais no registo *Memória do Mundo*, atesta a importância desta documentação.

Dar a conhecer o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, através de uma breve viagem no tempo e espaço é o objectivo deste Guia, primeira peça de um conjunto de materiais didácticos com os quais o Serviço Educativo da Torre do Tombo se propõe contribuir para a valorização e divulgação do seu património.



EXPOSIÇÃO

Tratados entre Portugal e os países da União Europeia, séculos XIII-XXI

SETEMBRO | DEZEMBRO DE 2007

A DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a Assembleia da República apresentam uma exposição conjunta de originais de Tratados celebrados desde a Idade Média até ao século XXI, entre Portugal e os Países que actualmente integram a União Europeia, assim como outros documentos relacionados com esta matéria, pertencentes ao património do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do Arquivo Histórico Parlamentar, do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Conselho da União Europeia. A exposição, constituída por dois núcleos complementares, está patente ao público, em simultâneo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Assembleia da República.

O catálogo reflecte a organização da exposição, apresentando os documentos por país ou grupo de países e, na parte final, os Tratados Europeus. ◇

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

2.ª a 6.ª das 10:00 às 19:00 | sábados das 10:00 às 12:00 | marcação de visitas guiadas: 217811500 / até 31 de Dezembro

Assembleia da República

2.ª a 6.ª das 10:00 às 17:00 | visitas de hora a hora / até 28 de Dezembro

Maria de Lurdes Henriques

AGENDA

Exposições

24 DE NOVEMBRO A 16 DE MARÇO DE 2008

Testemunhos do Tempo › fotografias de Flor Garduño



© FLOR GARDUÑO

Pacaya, Guatemala, 1989.

Esta exposição de elevado sucesso internacional e fortemente aclamada pela crítica já percorreu cerca 40 museus em vários pontos do globo. As notáveis imagens a preto e branco desta prestigiada fotógrafa mexicana (conhecida também por ter sido assistente do mestre Manuel Alvarez Bravo) retratam aspectos religiosos, culturais e sociais de comunidades da América Latina e funcionam como testemunhos da mítica ligação entre sagrado e profano.

Night Order › fotografias de João Leal



© JOÃO LEAL

Sem título (da série «Fast City»), 1999.

Vencedor ex-aequo com David Infante do Prémio Pedro Miguel Frade atribuído pelo Centro Português de Fotografia em 2006, este jovem autor dá agora a conhecer, sob a forma de caixas de luz, uma selecção de 10 imagens nocturnas captadas na Finlândia e no Alentejo que prendem o olhar do público pela vivacidade da cor ou pelo peculiar sentido de aproximação e afastamento em relação aos objectos fotografados.

Fast City › fotografias de Morten Andersen



© MORTEN ANDERSEN

«Afastamento 02».

É o resultado do trabalho deste artista norueguês que se destaca pela sua abordagem contemporânea e orientada para os problemas do nosso tempo. As quase 60 imagens que integram a exposição, apresentam cenários urbanos, fragmentados, anónimos e povoados de personagens errantes. De salientar também a

noção de movimento presente em algumas delas, bem como o recurso à cor. A mostra é acompanhada de uma projecção em vídeo intitulada «Days of Night».

Centro Português de Fotografia / Direcção-Geral de Arquivos

Edifício da Cadeia da Relação do Porto – Campo Mártires da Pátria, 4050-368 Porto
tel. 22 207 63 10 | fax 22 207 63 11 | email@cpf.pt | www.cpf.pt

Horário do centro de exposições: 3.ª a 6.ª das 10:00 às 12:30 (a título experimental até ao fim de Dezembro) e das 15:00 às 18:00 / sábados domingos e feriados das 15:00 às 19:00 | entrada livre

VIII Encontro Nacional de Arquivos Municipais

Auditório do Teatro Municipal de Vila Real → 16 de Novembro

Fundos Privados em Arquivos Municipais: perspectivas e projectos

www.apbad.pt

DLM Forum Members Meeting

DGARQ → 22-23 de Novembro

Reunião do Comité Executivo do DLM Forum

(vide DGARQ Boletim n.º 1)
www.dgarq.gov.pt

XVI Reunião EBNA

Pavilhão Atlântico

→ 6-7 de Dezembro

Reunião dos Representantes do European Board of National Archivists

- 1.ª sessão – *Preservação Digital: apresentação da perspectiva portuguesa*
- 2.ª sessão – *Apresentação do Portal Europeu de Arquivos*
- 3.ª sessão – *Programa de Normalização da Descrição em Arquivo*
- 4.ª sessão – *A Certificação de Qualidade nos Arquivos: o exemplo do Arquivo Municipal do Porto*

Uma bica no Arquivo Distrital de Leiria

Na segunda 4.ª feira de cada mês, às 18:00

<http://adleiria.iantt.pt>